

O neoliberalismo e as políticas educacionais no Brasil nas décadas de 1980 e 1990

Alvori Ahlert*

RESUMO

O artigo discute as políticas de educação engendradas no Brasil pelo movimento neoliberal nas décadas de 1980 e 1990. Neste período as elites globalizadas imprimiram um ataque voraz sobre a educação, transformando-a na grande solução para todos os problemas, desde que fosse, não mais um direito, mas um serviço, um produto a ser comercializado.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Educação; Políticas educacionais.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO as ações empreendidas pelo Estado para efetivar as prescrições constitucionais sobre as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal. São políticas de economia, educação, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, trabalho etc. Para Cunha e Cunha (2002), “As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo” (p. 12). Sua construção obedece a um conjunto de prioridades, princípios, objetivos, normas e diretrizes bem definidos.

Entretanto, numa sociedade de conflitos e interesses de classe, as políticas públicas são o resultado do jogo de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdos que são produzidos pela interação de agentes de pressão que disputam o Estado.

* Mestre em Educação nas Ciências, pela Unijui, RS, Doutor em Teologia, Área Religião e Educação pelo IEPG/EST, RS, Professor Adjunto da Unioeste, membro do Gepefe e do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional. <alvoriahlert@hotmail.com>, <alahlert@brturbo.com.br>.

Estes agentes são os políticos, os partidos políticos, os empresários, os sindicatos, as instituições sociais e civis.

No Brasil, estas políticas públicas hegemônicas pelas elites levaram historicamente para a exclusão social, pois sempre impuseram, em cada período com matizes próprias, as regras do jogo. Da década de 1930 até a década de 1970 foi hegemônica a linha de um Estado nacional forte, comprometido com um sistema econômico nacional. Abortado o projeto nacionalista que se articulava ao redor do Presidente João Goulart, as elites deram um golpe de classe, utilizando para isso o braço armado, sob a força de um golpe militar. Assim, mergulharam o Brasil na lógica do capitalismo transnacionalizado, altamente excludente.

A partir da década de 1970, com a inovação tecnológica (informatização e comunicação), tomou corpo na América Latina um Estado liberal que transformou os sistemas tradicionais de produção e que pregou e prega a diminuição do Estado, o que, segundo sua doutrina, levaria para uma distribuição do bem-estar social através das relações capitalistas do mercado, de salários, de consumo.

Entretanto, as análises socioeconômicas davam conta de que, em 1998, na América Latina, o número de indigentes cresceu de 63,7 milhões em 1987 para 78,2 milhões, perfazendo 15,6% da população do continente. No Brasil, segundo dados recentes do IBGE, mais de 50 milhões de pessoas viviam abaixo da linha de pobreza. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) de 1998 atestava que a posição do Brasil no índice que mede a pobreza havia crescido e a distribuição de renda entre a população havia piorado. Enquanto os 20% mais pobres ficavam com 2,5% da renda do país, os 20% mais ricos detinham 63,8%. Uma pesquisa do jornalista Aloysio Biondi (1999) apontou para o empobrecimento do Brasil por meio das privatizações, afirmando que as informações publicadas entre 1994 e 1999 sobre o processo de privatização brasileiro mostram que o governo desembolsou R\$ 87 bilhões e recebeu R\$ 85 bilhões, deixando um saldo negativo de R\$ 2 bilhões no período. Porém, o próprio jornalista afirmava que, provavelmente, o governo gastou R\$ 200 bilhões.

Enquanto isso, além dos milhões de analfabetos absolutos, mais de 40 milhões de brasileiros continuam analfabetos funcionais, pois não sabem mais do que desenhar o próprio nome, o que, numa sociedade tecnológica, não passa de analfabetismo. É

um processo de exclusão que resulta numa expulsão do contexto do trabalho: desemprego, subemprego etc.; do contexto social: fragmentação das relações humanas; do contexto cultural: negação da alteridade do contexto humano: proscricção – animalização; e do contexto político: privatização do jogo político, legislações excludentes.

Neste contexto, a educação sofreu grande influência nas últimas décadas, incorporando o ideário neoliberal nas políticas educacionais empreendidas pelos Estados orientados por estas concepções.

AS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BOJO DOS PROGRAMAS NEOLIBERAIS

A Grande Depressão, na década de 1930, atingiu duramente o sistema capitalista.¹ Na década de 1960 e início dos anos 1970, após um breve período de reação e crescimento, o sistema voltou a sentir um processo depressivo na economia. Uma das características gerais dessa depressão foi a queda significativa da taxa de crescimento, de renda nacional e produção. Isto trouxe uma grande onda de desemprego. Era, portanto, o momento de se experimentarem novas formas de organização do trabalho, da produção e do gerenciamento de negócios, e um novo modelo de Estado dentro do sistema capitalista mundial.

Surge agora o neoliberalismo antiestatal que corresponde a esta nova visão do sistema mundial. A ideologia imperial das décadas anteriores era mais a de um capitalismo intervencionista, que sustenta toda uma política reformista do Estado burguês. A Aliança para o Progresso é uma das expressões desta orientação política geral. É no final dos anos 60, e especialmente durante os anos 70, que muda profundamente esta orientação. Aparece então um ceticismo profundo em relação ao intervencionismo capitalista e surge a impressão de que o reformismo do Estado burguês tende a subverter o próprio caráter burguês da sociedade. O próprio reformismo burguês parece ter uma lógica que acabará destruindo a sociedade burguesa. (HINKELAMMERT, 1989, p. 100-101)

A discussão sobre o neoliberalismo transita por diferentes vertentes. Para uns trata-se de um conjunto de idéias, para outros constitui uma teoria e, ainda, uma outra posição afirma que não passa de um movimento.

Segundo Alceu Ferraro, fundamentado nos clássicos do libe-

¹ De forma sucinta, Vieira [s.d.] lembra esta trajetória das políticas públicas em cada contexto das fases do capitalismo: “Embora a produção agrícola norte-americana se mantenha na mesma situação, a produção industrial tomba, passando do índice 100 em 1929 ao índice 55 em 1932. Nos Estados Unidos existem 14 milhões de desempregados em 1933, incluindo numerosos funcionários graduados. Os salários caem de 0,55 de dólar a hora para 0,44, enquanto a renda nacional desce de 87 para 41 bilhões de dólares neste período” (p. 84).

ralismo e no estudo crítico da história do liberalismo de Hobsbawm, o neoliberalismo é um movimento que objetiva resgatar o ideário do liberalismo em decorrência da longa crise pela qual passou o capitalismo entre 1880 e 1940. Neste período, o liberalismo perdeu força para o desenvolvimento das economias planificadas dos regimes socialistas, do keynesianismo ou do Estado de Bem-Estar Social.

A onda neoliberal não é, portanto, nem variante, nem produto final de um desenvolvimento continuado do ideário liberal; muito pelo contrário, o neoliberalismo é o resultado de um longo período de crise do mundo capitalista e do desgaste desse ideário. Representa, por um lado, uma reação contra as novas concepções e propostas que abriram caminho para o planejamento econômico, o keynesianismo e as políticas de bem-estar social, e, por outro, a afirmação explícita de retorno às idéias e ideais que nortearam a grande expansão industrial no século XIX. (FERRARO, 2000, p. 31)

O movimento neoliberal no campo acadêmico teve sua origem com Friedrich Hayek, que, em 1944, lançou um livro intitulado **O caminho da servidão**. Hayek (1987) analisou o modelo de Estado soviético e o modelo de Estado nazista e concluiu que nas sociedades onde o Estado avançasse cada vez mais sobre o controle do sistema, necessariamente viria a ter início uma sociedade servil. Sob esta ótica analisou todo o modelo social, político e educacional. Na introdução dessa obra, o autor tenta demonstrar que o nacional-socialismo e o socialismo de esquerda são apenas duas tendências do socialismo de Estado forte. “Conforme esperamos demonstrar, o conflito existente na Alemanha entre a ‘direita’ nacional-socialista e a ‘esquerda’ é o de tipo de conflito que sempre se verifica entre facções socialistas rivais” (p. 36).

Para Hayek (1987), os socialistas deram ao nacional-socialismo o instrumento que lhe possibilitou a construção de um movimento de massas e um Estado forte. E um desses instrumentos era a educação. Acusando os socialistas de pais civilizados da progênie bárbara de seus dias, o autor credita a eles o desenvolvimento de uma visão de mundo e de um conjunto de valores que serviram de base para a construção do nazismo e do fascismo:

De fato, os socialistas foram em toda a parte os primeiros a reconhecer que a tarefa por eles assumida exigia a aceitação generalizada de uma Weltanschauung, comum de um conjunto definido de

valores. Foi nessa tentativa de produzir um movimento de massas baseado numa única concepção do mundo que os socialistas criaram a maioria dos instrumentos de doutrinação usados com tanta eficácia pelos nazistas e fascistas. (p. 117)

Outro expoente principal do movimento neoliberal é Milton Friedman. Prêmio Nobel de Economia, Friedman publicou uma obra intitulada **Capitalismo e liberdade**, na qual, a exemplo de Hayek, reivindica um retorno ao liberalismo enquanto movimento intelectual hegemônico nas últimas décadas do século XVIII e primeiras décadas do século XIX.

Enquanto movimento de retorno, o neoliberalismo significa, segundo Friedman, adesão àquele movimento intelectual de fins do século XVIII e princípios do século XIX, que, sob o nome de liberalismo, “enfatizava a liberdade como o objetivo último e o indivíduo como a entidade principal da sociedade”; que “apoiou o *laissez-faire* internamente como uma forma de reduzir o papel do Estado nos assuntos econômicos, ampliando, assim, o papel do indivíduo”; que “apoiou o mercado livre no exterior como um modo de unir as nações do mundo pacífica e democraticamente”; e que, no terreno político, “apoiou o desenvolvimento do governo representativo e das instituições parlamentares, a redução do poder arbitrário do Estado e a proteção das liberdades civis dos indivíduos”. (FERRARO, 2000, p. 33)

Friedman (1984), na sua principal obra, publicada em 1962, dedica um dos capítulos sobre o papel do Estado na educação. Ele abre este capítulo com uma crítica ao monopólio quase unilateral do Estado e das instituições sem fins lucrativos na oferta e gerenciamento da educação:

Hoje em dia, a educação formal é financiada e quase inteiramente administrada por entidades governamentais ou instituições sem fins lucrativos. Essa situação desenvolveu-se gradualmente e é de tal forma considerada natural que pouca atenção explícita é dirigida às razões desse tratamento especial reservado às escolas – mesmo nos países predominantemente partidários da livre empresa, quer na organização quer na filosofia. O resultado foi uma extensão indiscriminada da responsabilidade do governo. (p. 83)

Para Friedman (1984), a educação deve ser desestatizada e fazer parte do livre mercado, para que os pais possam escolher livremente o tipo e o modelo de educação que querem para seus filhos. “[...] a desnacionalização das escolas daria maior espaço de escolha aos pais” (p. 87). Isto desoneraria o Estado e diminuiria sua ingerência na vida social dos indivíduos. Se, por um lado, a educação melhora a sociedade como um todo, por outro

lado, segundo Friedman (1984), não se pode impor à sociedade como um todo o ônus pela educação dos filhos dos outros, oferecendo educação gratuita para todos:

O óbvio seria exigir que cada criança recebesse pelo menos o mínimo de instrução de um tipo específico. Tal exigência poderia ser imposta aos pais sem nenhuma outra ação governamental – da mesma forma que proprietários de prédios e de automóveis são obrigados a obedecer a determinados padrões para protegerem a segurança alheia. (p. 84)

Ao governo caberia apenas o controle sobre uma educação que minimamente viesse a garantir uma unidade nacional. Seu papel na educação se assemelharia ao controle sanitário que realiza junto a estabelecimentos como os restaurantes. Isso desburocratizaria a educação e os pais passariam a ter melhores condições para participar da formação de seus filhos, expressando sua opinião sobre as escolas (Cf. FRIEDMAN, 1984, p. 87). Friedman desconhece ou desconsidera aqui todos os meandros de uma política educacional, não considerando a possibilidade de um governo sob o controle da população, o que levaria os pais a participar da construção de políticas públicas de qualidade em educação.

Para a educação em nível superior, Friedman (1984) radicaliza sua posição. Para ele, nenhuma tese justifica investimentos governamentais em ensino superior, que deve ser da responsabilidade de cada indivíduo, pois trata do aperfeiçoamento e do treinamento individual. Para aqueles que desejariam esta formação mais aprofundada e, não tendo condições para custeá-la, poderiam encontrar no Estado um financiamento para tal: “Uma agência governamental poderia financiar o treinamento ou ajudar a financiar o treinamento de qualquer indivíduo que pudesse satisfazer um padrão mínimo de qualidade” (p. 99).

Friedrich Hayek e Milton Friedman atacam o gigantismo do Estado e propõem sua redução ao máximo para dar toda a liberdade ao mercado. O livre mercado deve auto-regular-se, com leis próprias dentro da oferta e procura dos grandes mercados consumidores. Segundo eles, é preciso minimizar o Estado.

A longa história de lutas de classes dentro destas sociedades, lutas armadas ou institucionais, obrigou o sistema capitalista, nos países desenvolvidos, a criar um Estado de Bem-Estar Social com um conjunto de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, e em setores estratégicos para o Estado (empresas esta-

tais de transportes, energia e comunicações). E são estas políticas públicas de um Estado forte, intervencionista, que Hayek passou a criticar. Alceu Ferraro (2000) assim resume as concepções do neoliberalismo:

Em síntese, divinização do Mercado e satanização do Estado. Estado passou a significar opressão, atraso, megalomania, incompetência e corrupção. Em contrapartida, o Mercado passou a ser cantado como o jardim onde florescem a liberdade, a modernidade, o progresso, a competência, a honestidade, a qualidade, e até a qualidade total. Pode-se dizer que a fé e o programa neoliberais se resumem nos seguintes dois artigos, por sinal, complementares: Estado Mínimo e Livre Mercado. (p. 25-26)

Hayek e Friedman, cada um a seu modo, mas calcados sobre um retorno ao ideário liberal, constituíram uma sociedade de intelectuais para pensar as novas concepções filosóficas com o objetivo de salvar o sistema capitalista do seu próprio declínio. Mas estas idéias permaneceram bastante restritas até que se constituiu a Comissão Trilateral no período da administração Carter nos Estados Unidos:

Essa Comissão Trilateral foi fundada no ano de 1973 por David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan Bank. Seu ideólogo principal é Zbigniew Brzezinski. Consta de três ramos, ou seja, de um ramo norte-americano, um ramo europeu e um ramo japonês. Seus membros são recrutados principalmente entre chefes ou altos executivos de grandes empresas. Ao lado deles encontram-se representantes parlamentares, intelectuais, jornalistas, editores, sindicalistas etc. (HINKELAMMERT, 1983, p. 122)

A Trilateral trabalha com um conceito particular de interdependência. Esta proposta está baseada nas novas tecnologias em constante formação e visa organizar uma nova divisão internacional do trabalho. No século XIX, a divisão do trabalho criou centros de produção nos próprios Estados. Esta produção compete com a produção de outros Estados. Mas com o aparecimento de novas tecnologias criou-se uma interdependência entre os centros produtivos do mundo. Por isso, necessitou-se de uma reorganização internacional do comércio, da produção, da política e das relações culturais e sociais. Para Brzezinski,

O Estado-Nação, enquanto unidade fundamental da vida organizada do homem, deixou de ser a principal força criativa: os bancos internacionais e as corporações multinacionais agem e planejam em termos que levam muita vantagem sobre os conceitos políticos do Estado-Nação. (HINKELAMMERT, 1983, p. 125)

Começava aqui a substituição das regras do jogo do Estado capitalista pelas regras do jogo das grandes corporações internacionais. Mas o Estado-Nação não desapareceria totalmente nesta fase de transição. Ele continuaria a ter uma presença forte, não mais através da tradicional política de desenvolvimento, mas pelo aumento de sua função repressora. Para Schilling (1995), os homens da Trilateral “[...] confessavam descaradamente que, para manter o bem-estar do mundo rico, era necessário liquidar com todo o sistema de sustentação dos estados Nacionais periféricos, eliminando as defesas que os diferenciavam das colônias tradicionais” (p. 8).

Esta nova visão do capitalismo mundial abriu caminho para as idéias de Hayek e Friedmann. A primeira região do mundo onde foram testadas estas teorias foi a América Latina. Em 1973, Pinochet deu início a este programa no Chile através de sangrenta ditadura, deixando um rastro de 10 mil mortos entre os que se opuseram ao regime. Seguiu-se o mesmo programa na Argentina, onde 30 mil pessoas opositoras ao sistema perderam sua vida. As indústrias nacionais foram liquidadas, o que acabou com a economia local.

Estava, enfim, aberta a estrada para efetivar a implantação das teorias genuinamente neoliberais. A primeira grande experiência foi realizada na Inglaterra, onde Margaret Thatcher incluiu em seu programa conservador a receita dos neoliberais. Seu programa de governo é essencialmente privatista, acabando com a economia estatal e liquidando com os direitos sociais forjados na luta dos trabalhadores ao longo de um século. O mesmo programa foi seguido pelo governo Reagan em 1980 nos Estados Unidos, na Alemanha em 1982 com Helmut Kohl, na Dinamarca em 1983 com Schlutter. Hoje, a grande maioria dos países ocidentais adota o programa neoliberal. No Brasil ele foi introduzido pelo governo de Fernando Collor de Melo, governo no qual teve importante destaque o programa de privatização. O mesmo se aprofundou nos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso.

As características principais desta fase do capitalismo estão centradas na globalização da economia, no fim das fronteiras econômicas, no desmonte do Estado, na destruição dos direitos sociais, como saúde, educação, habitação, transporte, comunicação, estabilidade de emprego, aposentadoria digna, destruição das economias micro-regionais etc. Essa globalização com-

petitiva cria um jogo de poder onde as mega-empresas transnacionais, em vez de levarem ao desenvolvimento povos e nações, apenas buscam maximizar os seus lucros através da tecnologia e de engenharias altamente racionalizadas. Sua política investe contra o autodesenvolvimento dos povos.

Afeta comunidades e nações de ambos os hemisférios. Um clima de incerteza e instabilidade se avoluma no próprio mundo rico. Os avanços tecnológicos e organizativos da produção, a maré sempre mais abundante de produtos de consumo, e, sobretudo a hipertrofia da atividade financeira especulativa resultante da desregulação e do progresso telemático, têm sido acompanhados de crise financeira e fiscal dos estados, do crescimento econômico sem aumento da oferta de emprego e de deterioração ambiental. Isto lança no desespero um número crescente de famílias trabalhadoras e nutre um crescente abismo social nos países ricos. Enfraquece as organizações dos trabalhadores e alimenta sentimentos xenófobos e racistas contra os imigrantes vindos dos países pobres. (ARRUDA, 1995, p. 6)

Estas políticas públicas globalizadas pelo movimento neoliberal levaram grandes contingentes humanos a uma brutal exclusão social. Conforme Escorel (1995), esta exclusão ocorre por meio de dois eixos principais: o mundo do trabalho e o mundo das relações sociais, e em âmbito político (cidadania) e cultural. Escorel define como exclusão social aquelas “[...] situações e condições nas quais há um processo social ativo de discriminação, estigmatização e expulsão de um conjunto de âmbitos sociais não determinado por decisões individuais” (p. 6). O desenvolvimento humano (DH) de meados da década de 90 testifica os resultados mais agudos destas políticas de concentração de renda e poder. Segundo dados da ONU, que fazem parte do “Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas”, coletados em 101 países em desenvolvimento, 21% destas populações estão abaixo da linha de pobreza e 37% sofrem privação de capacidade, isto é, pessoas que não possuem instrução, condições de saúde e alimentação adequadas, submetidas a níveis degradantes de qualidade de vida. São cerca de 1,6 bilhão de miseráveis entre estas populações.²

Mas o neoliberalismo não se refere somente a questões econômicas, comércio internacional e proteção aos blocos econômicos. Ele é um movimento global e ideológico que atenta para todas as esferas da vida humana. E uma de suas áreas estratégicas, conforme vimos em Friedman, e que nos interessa aqui, é a educação.

² Cf. ONU dimensio-
na... **Zero Hora**,
Porto Alegre, p. 41,
19 jun. 1996.

Para Azevedo (2001), a política educacional apregoada pelos neoliberais exige novas regras para a educação:

Postula-se que os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado, um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado, mantendo-se o padrão de qualidade na oferta dos serviços. (p. 15)

A educação passou a significar um papel estratégico para o movimento neoliberal. Os governos liberais passaram a intervir sobre o sistema educacional consorciados com as empresas privadas. Buscou-se fazer isto de duas formas: direcionando a formação para atender aos objetivos da produção capitalista, preparando pessoas para o local de trabalho, com uma visão meramente tecnológica, e, por outro lado, usa-se também a educação como meio para a difusão do liberalismo como a única forma de organização social por meio da livre iniciativa e do livre mercado.

A concepção neoliberal, no contexto das políticas públicas, passou a forçar melhores desempenhos educacionais básicos nos países em desenvolvimento para dar condições para a globalização. Organismos internacionais, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), deram prioridade ao financiamento da Educação Básica:

O BIRD, no Brasil, concedeu empréstimos para a educação escolar, associado a outros organismos, a partir de 1971. Dos cinco projetos aprovados de 1971 a 1990, dois foram especificamente para a Educação Básica, compreendida sempre pelo Banco como educação do primeiro ciclo do ensino fundamental ou o ciclo como um todo. E nos anos 90, os seis projetos em andamento foram direcionados para a Educação Básica. (NOGUEIRA, 1999, p. 164)

Estes projetos e reformas na educação começaram a assimilar e incluir o discurso neoliberal, que atacava o gigantismo do Estado e sua incompetência geral e total em conduzir a produção e a sociedade. Tudo o que é estatal não presta e o Estado é o culpado pelas péssimas estradas, pelo péssimo atendimento à saúde, pela falta de produção. Por isso ele deve deixar tudo isso nas mãos da iniciativa privada. Só os empresários é que sabem em verdade o que é bom e importante para o povo. Daí a necessidade de uma reforma total na educação, porque a educação no país é péssima, a reprovação é alta, as escolas não sabem formar pessoas para o mercado. Tudo isso é culpa do Estado, que é incompetente em preparar a população para o trabalho e para a

capacidade de desenvolvimento pessoal e crescer no sentido de enriquecimento. Na ótica liberal, o fracasso da escola pública nada tem a ver com o desemprego, o subemprego dos pais, o salário de fome. Por isso, é preciso reformar a educação e chamar para isso quem de fato entende, os empresários e os administradores.³ Eles é que devem produzir a formação das pessoas para o mercado de trabalho. No Brasil esta concepção tomou forma na retórica sobre a qualidade total introduzida pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Instituto Eovaldo Lodi (IEL), ligado à CNI:

A CNI dispõe de um instituto – IEL – especificamente encarregado de analisar as tendências e as necessidades do setor no plano da educação e formação técnico-profissional. Trata-se de um instituto criado em 1969 com o objetivo precípuo de funcionar como uma espécie de embaixador para sensibilizar e envolver as universidades públicas e privadas na defesa das necessidades da indústria nacional. Só no ano de 1992 o IEL elaborou o projeto Pedagogia da Qualidade, com o apoio da CNI, Senai e Sesi, coordenou o Encontro Nacional Indústria-Universidade sobre a Pedagogia da Qualidade (23 e 24 de março de 1992), realizou mais 16 encontros estaduais sobre educação para a qualidade: e 15 cursos sobre qualidade total (Relatório do IEL de 1992). (FRIGOTTO, 1995a, p. 48)

Por isso, é preciso privatizar, pois, como diz Tomaz Tadeu da Silva (1995), em sua crítica a esta teoria,

Tudo se reduz, nessa solução, a uma questão de melhor gestão e administração e de reforma de métodos de ensino e conteúdos curriculares inadequados. Para problemas técnicos, soluções técnicas, ou melhor, soluções políticas tecnificadas (tal como a privatização, por exemplo). (p. 19)

De acordo com isso, tudo é mercantilizado. A vida é mercantilizada e, como produto, é padronizada. Não há nenhum respeito para com as diferenças regionais, a cultura, o saber local. Tudo cabe numa pesquisa e a partir daí se resolvem todos os problemas da educação. Instiga-se a sociedade a exigir qualidade em educação. Os professores são culpados pela sua ausência, mas sua remuneração é miserável. Privatizando, transforma-se a educação em produto comercializável em qualquer esquina, ou, como diz Michael Apple,

A escola virou supermercado. Porque as elites dominantes do mundo têm tratado a educação como tal. Quem tem dinheiro entra e compra. Quem não tem fica do lado de fora, olhando o grupo privilegiado aproveitar o que comprou.⁴

³ Sintomático para isso é a literatura liberal. A revista **Exame**, da Editora Abril, de setembro de 1997, dedica sua capa e metade da edição à educação. Em longos artigos, economistas e administradores dão receitas para solucionar o problema da educação.

⁴ Entrevista com Michel Apple. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 40, 7 jul. 1996.

O processo privatista é um programa sincronizado que perpassa todos os instrumentos que compõem a força ideológica do neoliberalismo. O planejamento prevê a necessidade de reestruturar as condições produtivas, o que demanda uma mão-de-obra mais qualificada. Daí que os projetos de financiamento externo para a educação voltam-se todos para a Educação Básica (NOGUEIRA, 1999, p. 143-166). E, no melhor estilo positivista, parte-se para quadros comparativos como o apresentado periodicamente nas revistas da Editora Abril, a principal divulgadora do ideário neoliberal. Na já citada edição da revista **Exame**, Nely Caixeta (1997), ovacionando o crescimento econômico de países asiáticos, como Cingapura e Coréia do Sul, assevera que,

Enquanto países como o Brasil e a Índia deram ênfase ao ensino universitário, a Coréia e seus vizinhos preferiram centrar a atenção no ensino fundamental, que é compulsório, mas gratuito só até a quinta série. A partir daí, as famílias arcam com 40% dos custos de manter seus filhos nas escolas até o final da 8ª série. Hoje, apenas 10% dos recursos destinados à educação ficam com as universidades. O restante é canalizado para o ensino básico. Aí está a medida que deveria ser copiada integralmente pelos brasileiros. (p. 14).

Na mesma direção bate o então diretor do Banco da Bahia e professor de economia da Fundação Getúlio Vargas Sérgio Ribeiro da Costa Werlang (1997). Defendendo a política de privatização do Ensino Superior, afirma:

Os recursos públicos que fossem poupados com essa política deveriam ser direcionados para os níveis mais básicos de ensino – especialmente o primário 1 e o secundário. O investimento no primário 1 é, de longe, o mais importante. (p. 34)

A mesma cantilena é retomada constantemente pela revista **Veja**, como a edição de 27 de agosto de 2003, onde Mônica Weinberg (2003, p. 104-107) desafia o Brasil a repetir a experiência da Coréia do Sul em educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas posições orquestradas objetivam preparar o caminho para as grandes transformações que os Estados Unidos, com o apoio do Japão, Nova Zelândia e Austrália, estão propondo para o campo educacional, ou seja, transformar a educação, histori-

camente entendida como um direito, num serviço, entenda-se negócio, dentro das normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). “A idéia é que os serviços de ensino sejam comercializados livremente, facilitando operações como a atuação de grupos educacionais estrangeiros e a aprovação de cursos a distância”.⁵ A principal área de interesse é o ensino superior. Segundo Leandro Rodrigues (2003),

A intenção é de que o ensino superior entre na roda do comércio mundial como um produto qualquer, riscando o principal do texto da Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI, aprovada durante a Conferência Mundial de Ensino Superior, em 1998, que diz que a educação superior é um serviço público. (p. 15)

Esta ofensiva neoliberal da OMC contra a educação pública foi a principal preocupação no 2º Fórum Mundial de Educação, realizado em Porto Alegre, em janeiro de 2003. A seguir reproduzimos partes das entrevistas concedidas pelos principais conferencistas daquele fórum:

As estratégias da Organização Mundial do Comércio, ao contrário do que reza a cartilha do discurso único da globalização que se apresenta como abertura de fronteiras, constituem-se num poderoso organismo de mundialização do grande capital para impor ao mundo os seus produtos. Mediante o monopólio de patentes em mãos de um reduzidíssimo número de países e, sobretudo, mega organizações mundiais, instauram uma nova fase de dependência e de colonização. Este é o objetivo fundamental da ALCA: Abrir o mercado especialmente para os negócios das grandes empresas americanas.⁶

O deslocamento de uma definição de educação como um “direito” para a sua conceptualização enquanto “serviço” tem visado, em vários países, fragilizar e reduzir os direitos sociais e de cidadania, retirando do Estado o papel central de garantia do direito à educação, diminuindo ou suspendendo as suas obrigações em termos de provisão e financiamento da educação pública e, por essa via, abrindo caminhos para medidas de liberalização e privatização.⁷

No entanto, esta avalanche privatista não pode paralisar a sociedade, sobretudo os educadores públicos e comunitários. É necessário unir forças em toda a sociedade para fazer frente a esta ameaça mais ou menos próxima. Significa, sob a experiência de um governo democrático e popular, ampliar e aprofundar os debates para construir proposições a partir das experiências acumuladas pelos inúmeros fóruns sobre educação realizados em nível nacional, estadual e municipal em todo o país que definam políticas de educação que garantam uma escola e uma uni-

⁵ OMC discute novas regras para educação. **Folha de S. Paulo** (Folha Cotidiana), São Paulo, p. 1, 30 março 2003.

⁶ ENTREVISTA com Gaudêncio Frigotto. Disponível em: <http://www.forummundial-deeducacao.com.br/interna.asp?mst=2-&offset=24>. Acesso em 21 jan. 2003.

⁷ ENTREVISTA com Gaudêncio Frigotto. Disponível em: <http://www.forummundial-deeducacao.com.br/interna.asp?mst=2-&offset=24>. Acesso em 21 jan. 2003.

versidade, democráticas, cidadãs, públicas e universais de qualidade. Fundamentalmente, isso passa pela radicalização da democracia participativa. Uma democracia que inicia com um processo de mudança interna e pessoal, e ocorre na medida em que os interesses pessoais são coletivos e abertos a mudanças. E a educação deve ser seu ensaio e experiência fundante.

ABSTRACT

The article discusses the formulated politics of education in Brazil put forward by the neoliberal movement in the decades of 80s and 90s. During this period the globalized elites printed a voracious attack on education, transforming it into the great solution for all problems, as long as it was seen no longer a right, but as a service, and a product to be commercialized.

Key words: Neoliberalism; Education; Educational politics.

Referências

APPLE, Michael. Entrevista com Michael Apple. **Zero Hora**, Porto Alegre, 7 jul. 1996, p. 40.

ARRUDA, Marcos. Globalização e ajuste neoliberal: riscos e oportunidades. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, n. 284, p. 5-9, nov./dez. 1995.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 56).

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

CAIXETA, Nely. Como gatos magros podem virar tigres. **Exame**, São Paulo, v. 31, n. 19, p. 14, set. 1997.

CUNHA, Edite de Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas e sociais. In: CARVALHO, Alysson; SALES, Fátima (Org.). **Políticas públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 11-25.

SCOREL, Sarah. Exclusão social no Brasil contemporâneo: um fenômeno sócio-cultural? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 19, Caxambu, out. 1995. **Anais...** São Paulo: Anpocs, 1995, p. 6ss.

FERRARO, Alceu R. Neoliberalismo e políticas públicas: a propósito do propalado retorno às fontes. In: FERREIRA, Márcia Ondina; GUGLIANO, Alfredo Alejandro (Org.). **Fragmentos da globalização na educação**: uma perspectiva comparada. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 23-62.

FONSECA, Dirce Mendes da. **O pensamento privatista em educação**. Campinas: Papyrus, 1992. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose D. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995a.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 31-92.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Entrevista com Gaudêncio Frigotto**. Disponível em <<http://www.forummundialdeeducacao.com.br/interna.asp?mst=2&offset=24>> Acesso em 21 jan 2003.

HAYEK, Friedrich Augusto. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.

HINKELAMMERT, Franz J. **As armas ideológicas da morte**. São Paulo: Paulinas, 1983.

HINKELAMMERT, Franz J. A Teologia do Império. In: ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz J. **A idolatria do mercado**: ensaio sobre economia e teologia. São Paulo: Vozes, 1989, p. 97-113.

LIMA, Licínio. **Entrevista com Licínio Lima**. Disponível em <<http://www.forummundialdeeducacao.com.br/interna.asp?mst=2&offset=24&m1=7500>>. Acesso em 21 jan. 2003.

NOGUEIRA, Francis M. G. **Ajuda externa para a educação brasileira**: da USAID ao Banco Mundial. Cascavel: Edunioeste, 1999.

OMC discute novas regras para educação. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2003. Folha Cotidiano, p. 1.

RODRIGUES, Leandro. A educação como negócio. **Ensino Superior**, São Paulo, Ano 5, n. 54, p. 15, mar. 2003.

SCHILLING, Paulo R. Origem, Avanço e crise do neoliberalismo. **Tempo e Presença**. Rio de Janeiro, n. 279, p. 8-10, jan./fev. 1995.

SCHMITZ, Hubert. Entrevista com Hubert Schmitz. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 jun. 1996. Caderno de Economia, p. 12.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na Pedagogia da política e na política da Pedagogia. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 9-29.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 49).

WEINBERG, Mônica. Brasil entre Gana e Coréia. **Veja**, São Paulo, v. 36, n. 34, p. 104-107, 27 ago. 2003.

WERLANG, Sérgio R. C. Chegou a hora de pagar a faculdade. **Exame**, São Paulo, v. 31, n. 20, p. 34, set. 1997.